

QUEERIZANDO CONTEÚDOS, AMPLIANDO SABERES: POSSIBILIDADES E CONTRIBUIÇÕES DE ANÁLISES DECOLONIAIS PARA A EDUCAÇÃO FORMAL BRASILEIRA

Data de submissão: 03/02/2025

Data de aceite: 05/03/2025

Nara Rita de Oliveira Silva

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM-UFBA). Especialista em gênero e sexualidade na educação pelo NUCUS-UFBA. Professora de filosofia na educação básica, em Salvador/BA. Possui graduação em Filosofia pela UFBA e, atualmente, é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Professora universitária e historiadora, Pós-doutoramento em Humanidades pela Universidade de Salamanca e pela Universidade de Coimbra. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Investigadora associada ao Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e ao CEAD-Universidade do Algarve

PARA (DES)COLONIZAR, HÁ QUE ENVEREDAR PELA CRITICIDADE E FONTES

“Os ventos do norte não movem moinhos”.

(João Ricardo e Paulinho Mendonça)

“O sonho de mudar a cara da escola. O sonho de democratizá-la, de superar o seu elitismo autoritário, o que só pode ser feito democraticamente [...] tem que ver com uma sociedade menos injusta, menos malvada, mais democrática, menos discriminatória, menos racista, menos sexista”.

(Freire, 2017, p.74/118).

Para a educação, vale sempre o princípio dos fins: os quatro pilares da educação não são utopias (Jointiem, 1990). São essenciais para o processo ensino-aprendizagem e caminhos a partir do ser, conviver, aprender e fazer (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003). Há que organizar e realizar saberes, acervo

humanitário e perspectivas de bem viver, noções comunitárias e potencializadoras de um dos direitos humanos centrais: dignidade.

No campo pedagógico, incita e semeia ideias, saberes, além de propor convivências em vários níveis e reforçar comunidades de aprendizagem, de partilhas e de “expressões de Humanidade”. Que sejam instrumentos de voos, numa alegoria das mais lindas traduzidas para a paideia, nas palavras de Rubem Alves (2002). Afinal, os aforismos em sua abordagem são visões: “fazem ver, sem explicar (...) Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas”. (...) Que o princípio seja de liberdades, de corpos em movimento, aprendentes e aprendizes (...), de encontros entusiasmados e efusivos, coletivos, comunitários e para bens comuns, onde pessoas possam aprender a ser, conviver, fazer e transformar em processo de longa duração (Cavalcanti, 2025).

Para duas educadoras essas noções e pontos de abertura são princípio, meio e fins. Assim, partimos de vontades e desejos de romper com “mesmices acadêmicas” (Alvarez, 2019) e vislumbrar tempos diferentes para educação formal, cruzando categorias e possibilidades em conexão (Rea, 2023). Com o objetivo de descrever e analisar a noção de normatividade do currículo vigente no sistema da educação brasileira, procuramos destacar propostas reflexivas sobre a reprodução de conteúdos, saberes e materiais didáticos, enquadramentos pedagógicos a partir de abordagens não críticas e dominantes, seja quanto às questões de gêneros, binarismo e expressões do sistema capitalista. Além disso, por meio da produção, difusão e circulação de conhecimentos com viés interdisciplinar, decolonial e feminista-queer, tanto por descobrir, analisar e ampliar saberes é ponto de partida.

A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores, acadêmicos e pensadores críticos, podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ou não ser erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças (hooks, 2013, p. 174).

A partir de pontos de partida e rupturas pedagógicas “Queremos indagar como ferramentas do feminismo decolonial e da teoria queer of color podem nos auxiliar no enfrentamento crítico dos grupos anti-gênero e revelar os diferentes braços da ideologia conservadora” (Rea, 2023, p. 3).

Leituras sobre decolonialidade, teoria queer e um encontro com professora Caterina Rea¹ instigaram reflexões e pensamentos sobre a possibilidade de um currículo escolar que atendesse e se atentasse aos nossos saberes, práticas, ao conhecimento que é produzido no Sul Global. Um conhecimento próximo de quem já entende que as práticas de dominações e opressões não são receitas sobre e para nós. Não obstante, distanciar e não identificar que o conhecimento vivido e narrado por “pessoas comuns” não tem validade e

1 Agradecimento à Prof. Dra. Caterina Alessandra Rea, vinculada à Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB — Campus de São Francisco do Conde, Bahia), pela elucidação e trabalho eficaz em pensar uma teoria queer voltada para as pessoas do Sul Global. Seu comprometimento com a pesquisa acende a esperança de uma sociedade mais justa, menos violenta.

não derivam de vivências, experiências reais e cotidianas, epistemologias próprias. Tudo isso também em aproximações com ancestralidades de povos, em processos históricos conflituosos, misturas culturais, de sofrimentos com as violências de dominações coloniais, de exploração, de realidades encarnadas, incorporadas ao longo de processos históricos e educativos intensos.

Como ponto de partida e criando interfaces entre decolonialidades e interseccionalidades, o intuito é estabelecer uma análise crítica que provoque e recomende ações e planos para a educação formal, especialmente envolvendo crianças e juventudes. Deste modo, tomamos como paradigma inicial o conceito de interseccionalidade como

uma ferramenta de análise que facilita a compreensão das interconexões de marcadores sociais, como raça, classe, gênero, capacidade, localização geográfica, orientação sexual, dentre outros, cuja finalidade é jogar luz às complexidades das experiências sociopolíticas a fim de pensar políticas públicas, em contextos específicos, para combater desigualdades (Ribeiro, 2024, p. 112).

Apresentada essa base, a historiografia contemporânea também é tomada como referencial de diálogos e debates consistentes. Para isto, repensaremos esta produção com o aporte das produções de Jasbir K. Puar, Caterina Rea, Guacira Lopes Louro, Maria Clara de Araújo Passos, Françoise Vergés, dentre outros pesquisadores, que destinam seus olhares para a construção de um conhecimento sabidamente contracolonialista, anti-imperialista, antirracista e antissexista.

Por meio da discussão de conceitos como o de homonormatividade, proposto por Jasbir Puar, da apresentação da proposta de uma prática queer para a educação, descrita por Louro, perpassando a teoria *queer of color* e conceitos derivados dos estudos decoloniais (Rea; Amancio, 2018; Rea, 2023), estabelecemos novas perspectivas para a descentralização do currículo escolar dos saberes hegemônicos. Acreditamos no diálogo que pode existir entre as teorias citadas acima, pois todas elas propõem, em seu cerne, uma revisão ou um novo horizonte de pensar, onde não cabem fórmulas prontas advindas de quem promove o conhecimento colonial. Portanto, nesse trabalho, tentaremos discutir o currículo a partir do ponto de vista de uma teoria queer do Sul Global.

QUEER COMO PERSPECTIVAS, SENTIDOS E IMPACTOS

“A abordagem interseccional consiste sempre em colocar a outra pergunta, é também esse o caminho que temos aqui tentado percorrer”.

(Rea, 2023, p. 18)

Pode soar estranho falar em teoria queer no Sul Global. Além da falta de uma tradução específica em outros contextos linguísticos que não seja o inglês, o termo carrega

consigo a existência de questões dos países do Hemisfério Sul, bem como as nações africanas e asiáticas à margem da supremacia imposta pela Europa e Estados Unidos, que não são contempladas na teoria queer hegemônica.

A chegada da teoria queer à América Latina e, particularmente, ao Brasil, é lida, em muitos casos, como reprodução de um colonialismo epistemológico e discursivo que impõe quadros teóricos elaborados no Norte e, como tais, distantes das experiências e exigências dos contextos para os quais tais teorias são exportadas. A teoria queer norte-americana e europeia parece pouco ou nada se interessar com as questões raciais, de classe, ou com a história colonial e seus efeitos atuais que atingem sujeitos e identidades no contexto latino-americano (Rea, 2020, p. 67).

De fato, faz-se necessário pensar em uma outra perspectiva para a teoria queer quando estudamos/pesquisamos em países que foram colonizados, pois o termo tende ao esvaziamento de pautas que não podem deixar de ser analisadas em um local marcado por múltiplas opressões que acontecem ao mesmo tempo e não podem ser desassociadas.

Raça e classe não podem simplesmente “sumir” em um debate sobre a população queer em países do Sul Global. Temos que levar em consideração como as construções identitárias ocorrem em tais países para não cairmos na armadilha do “homonacionalismo”, termo utilizado por Puar (2020), que significa o uso da “aceitação” e da “tolerância” de gays e lésbicas como barômetro da avaliação da legitimidade e capacidade para a soberania nacional. Significa aceitar alguns gays e lésbicas (em sua maioria brancos e ricos), como tentativa de demonstrar uma abertura para todas as pessoas da comunidade LGBTQ+. Isto, atrelado à ideia de homonormatividade, como foi exposta por Rea (2020), que consiste em racializar, etnicizar e nacionalizar a sexualidade, em particular a dissidente, encaixando-a em padrões raciais, de classe e supostamente nacionalistas.

Essas considerações nos encaminham a pensar em um panorama de criação de mais preconceitos e mais exclusões. Se, de alguma forma, compartilham a ideia de que uma camada social, privilegiada é aceita, abre espaço para que outra camada seja desprezada, sendo esta composta por pessoas racializadas e pobres, que não contam com os privilégios da aceitação social. É sobre essas pessoas que trata a teoria queer racializada, apresentada pela professora Caterina Rea, em seus estudos sobre sexualidade, à luz de Puar. Essa teoria abre a porta do pensar da teoria LGBTQ+ não hegemônica, fazendo com que percebamos que a teoria queer não pode se esquivar de tratar sobre questões raciais e de classe.

Diante do exposto, passaremos para considerações sobre o currículo escolar. Como podemos pensar um currículo que esteja atento à diversidade sexual e de gênero, a contextos étnico-raciais e a desigualdades sociais? Guacira Lopes Louro (2014) afirma que, quando existe uma educação em gêneros e sexualidades, até os dias atuais, dentro das práticas curriculares, esses estudos ficam restritos a uma disciplina, geralmente do campo da biologia, e que serve para reafirmar preconceitos e moralismos, integrados ao

binarismo homem com órgão sexual reprodutor masculino/mulher com órgão reprodutor feminino, com práticas de reafirmação da normalidade da heterossexualidade e de exclusão e recriminação de toda e qualquer prática que fuja da dominação cis-heteronormativa. A qual tipo de educação esse currículo atende? À educação pautada em um viés colonial de aprendizagens, de práticas pedagógicas excludentes, uma vez que classifica a normalidade e os “Outros”.

Sobre o conceito de normalidade escolar, Garcia (2022) nos diz que ela implica a invenção de regulações gerais a partir das quais se medem e se controlam ações particulares dissidentes, e também geram identificações positivas para produzir subjetividades que possam sustentá-las como um deve ser. Ou seja, a escola é utilizada como instrumento de massificação de sexualidades. A normalidade escolar sobre o sexo é equivalente à heteronormatividade. Em espaços escolares periféricos essas questões podem ser acentuadas, pela questão do desconhecimento, pela violência e por disparidades sociais.

Ainda segundo Garcia (2022), com a normalização do currículo, aparecem os “anormais”, em um binarismo que permeia toda a construção escolar. Desde a maneira como somos ensinados a socializar (homem/mulher), até os ensinamentos que são reproduzidos e os que são descartados. Sobre a forma de repensar essa normalidade, ela aponta que o caminho é continuar refletindo sobre os saberes e aprendizagens que estão fora do currículo e dos espaços de sala de aula. Quando um conhecimento é privilegiado um outro é excluído, quando há exclusão de saberes que deveriam ser partilhados, toda uma gama de pessoas se vê fora da realidade escolar.

Retomaremos aqui nesse ponto a percepção de Caterina Rea sobre a homonormatividade. Até mesmo em espaços periféricos, relações de poder se reproduzem pelo que é aceito e pelo que não é. A homonormatividade propõe uma exclusão ao passo que escolhe quem será respeitado e quais direitos serão garantidos para as populações LGBTQ+. Vale lembrar que esses direitos são assegurados por e para pessoas brancas, ricas e que se assemelham no modelo heteronormativo.

Entendemos que a normalidade citada por Garcia e a heteronormatividade caminham juntas, uma vez que ambas são mecanismos de opressão e vigilância sobre as sexualidades dissidentes. Leandro Colling (2018) analisa o padrão heteronormativo, segundo o qual atitudes e comportamentos devem estar ligados ao órgão sexual e não à sexualidade. Grosso modo, homens devem se comportar como seres másculos e mulheres, como femininas, sem reportar nenhum traço de masculinidade ou algum comportamento que fuja do que é esperado para mulheres. Evidentemente, tal forma de pensamento é castradora. Se reproduzida em larga escala, como acontece com a dominação curricular, serve a evasão de pessoas que deveriam estar dentro da escola, aprendendo sobre saberes que são do nosso interesse. Saberes decoloniais.

ALERTAS DOS FEMINISMOS DECOLONIAIS: PROVOCAÇÕES DE FRANÇOISE VERGÈS

“(...) Também o escrevi para tornar visível a dimensão colonial e racial de um feminismo europeu convencido de ter escapado das ideologias racistas da escravidão e do colonialismo. Chamo esse racismo de civilizatório porque ele adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política de direitos das mulheres que serve aos seus interesses. Os direitos das mulheres esvaziados de toda dimensão radical, tornam-se um trunfo nas mãos dos poderosos”.

(Vergès, 2020, p. 17).

Pensar a pluralidade dos feminismos coaduna com vasculhar opressões, propor novas observações, acervos e interpretações sobre “heranças coloniais”, para além de rupturas no continuísmo e possibilidade de produção epistêmica que valorize pedagogias e identidades diferentes. Leituras sobre decolonialidade denunciam as consequências das relações coloniais existentes ainda hoje no mundo, fazendo-nos pensar em um feminismo que entrecruze raça, classe social e gênero. Uma forma de repensar o feminismo hegemônico euronorteamericano que desconsidera acontecimentos fora do Norte Global — em partes ou de forma total —, entendendo que somente uma espécie de nova missão civilizatória pode “salvar o mundo”, conforme cunhado por Françoise Vergès.

Os feminismos decoloniais não pretendem melhorar o sistema vigente, mas combater todas as formas de opressão, pois a justiça para mulheres significa justiça para todos (Vergès, 2020). Deste modo, a aproximação entre práticas libertárias e decoloniais para todas as pessoas integram boa parte da historiografia e revisão de literatura indicada nesse capítulo. Há forte preocupação com aspectos sociais, econômicos e políticos, em um processo de continua reformulação e necessária revisão de instrumentos de uso educativo.

Mais uma vez a dicotomia aparece aqui, entre o civilizado e a barbárie que precisa ser combatida. Lentes que apresentem tão somente o dual, consoante Garcia (2022), podem marcar sobremaneira uma perspectiva binária de conhecimento e ignorância, em que o conhecimento é o almejado e a ignorância é aquilo necessário para que um tipo específico de conhecimento se mantenha hegemônico.

De matriz hegemônica e com diretrizes sobre conceito de civilização, dominação e determinismo, informações, dados e análises não permitem criticidade e verificação de fontes primárias documentais, como, por exemplo, em materiais didáticos, nos

engessamentos avaliativos e na normatização e homogeneização a partir de uma “única história”.

Vergès (2020) estabelece uma forte crítica ao pensamento militarizado e policial, a partir do qual forças coercitivas do Estado se veem na possibilidade de massacrar homens e mulheres racializados, com a pífia desculpa de acontecimentos naturais. Essa realidade não está muito distante da realidade de professoras de uma escola periférica, assistindo as mais variadas formas de violência policial contra corpos jovens e negros, com as piores justificativas pensáveis. Vale apontar que não podemos opor as violências contra mulheres racializadas e pessoas transgêneras, pois precisamos analisar essa típica violência citada acima, que tem por vítimas mulheres, ou cisgêneras ou transsexuais.

A partir do exposto até agora vamos tecendo considerações sobre a normatividade do currículo escolar, sua capacidade de reproduzir conceitos e conhecimentos eurocentrados e a afirmação na proposta do título do presente ensaio. Pensar um currículo decolonial e queer é a proposta e a aposta para uma educação crítica, de fato.

Com base na observação de realidades cotidianas de âmbito escolar e sob a ótica de estudos críticos, a questão que se coloca acaba por assinalar a urgência na e para contribuição relacionando pessoas, instituições e processo educativo e social ampliado. Talvez aqui resida, sim, um grande desafio: articulação entre respostas, ações, intenções para eliminar, prevenir e coibir quaisquer formas de opressões, de não realização da plena vaga de direitos. A finalidade não pode ser outra senão o reconhecimento de vidas vivíveis, dignas e condizentes com identidades e autorreconhecimentos, rompendo com injustiças, vulnerabilidades e violências.

PARA ALÉM DE CURRICULAR, PEDAGOGIAS PARA LIBERDADE E IDENTIDADES

“Para educar para a liberdade, portanto, temos que desafiar e mudar o modo como todos pensam sobre os projetos pedagógicos.”

(bell hooks)

Espelhamentos (relatar a si mesmas), identidades e reconhecimentos da diversidade humana, das relações sociais e de determinados momentos históricos estão referidos como princípios das autoras indicadas nesse ensaio. Ao olharem-se em conteúdos, materiais didáticos e procedimentos avaliativos, as juventudes reproduzem e consolidam estereótipos e as forças da “tradição”. Do ponto de vista formal e estruturante, há que se verificar desde o conceito até a aplicabilidade e os resultados ofertados em componentes e recursos curriculares.

Primeiramente é necessário que se apresente o conceito de currículo escolar tradicional, documento este que é amparado pela Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), que “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2020, p. 9).

O currículo é compreendido por normatizações e saberes que o estudante deve adquirir. Ele é organizado de forma que conhecimentos considerados importantes sejam transmitidos aos sujeitos de aprendizagem. Os questionamentos são: Quem são esses sujeitos? São homogêneos? Quais conhecimentos importantes são esses? É estante saber que os sujeitos da aprendizagem não são um só. Diferentes corpos, diferentes sexualidades, diferentes identidades de gênero se constituem como uma verdadeira riqueza dentro da escola. O currículo escolar visa contemplar somente o saber eurocêntrico, desconectado da realidade dos nossos jovens. Como já foi discutido ao longo deste ensaio, o saber priorizado e o saber excluído fazem parte do processo de continuidade da colonização e de apagamentos históricos, sociais e culturais.

Questões voltadas para a sexualidade permaneceram fora do currículo escolar do Brasil até a transição do século XIX para o XX, conforme apontam Bastos, Cruz e Dantas (2018). Esses temas foram aparecendo em conformação com ideias biologizantes do que é o corpo humano em perspectivas sexuais e de gênero, cuja diferenciação entre os órgãos sexuais reprodutores era superestimada para corroborar o binarismo de gênero.

Em ocasião de seu trabalho como pesquisadora sobre as questões docentes no ensino de educação sexual, enfatizando a percepção e relatos de professoras de ciências sobre receios em trabalhar com tais temáticas. Tal abordagem recorre à opção de explorar tais conteúdos didáticos com requintes da linguagem científica, destacando as referências diretas aos tópicos sobre sexualidades e sexo reprodutivo. Izaura Cruz² (2017) considera ainda que as professoras participantes de sua pesquisa não tratam de educação sexual ou vinculadas às interfaces com gêneros e sexualidades em suas salas de aula, com receio e medo de retaliações por parte de familiares.

Merece nossa atenção outro ponto levantado a partir da pesquisa empírica: as salas de aula servem para a manutenção de estereótipos de gênero. Reforçam, sobremaneira, a “força da tradição”, das “mesmices acadêmicas e da manutenção e reprodução de conteúdos pautados no binarismo criticado nesse ensaio. Destacam a estrutura e a base de “papéis de gênero” bem delimitados, sem levar em conta os pilares da educação e observados nas frentes contra “ideologia de gênero” e ambientações conservadoras detectadas na educação formal. As trincheiras e zonas de conflito se mantêm, mas permanecendo na educação de ciências, sexual ou cidadania a aspectos não críticos e próximos à ideia de paideia e de pluralismo.

2 Agradecimentos à Dra. Professora Izaura Cruz (PPGNEIM-UFBA), pela sua sensibilidade e disposição no enfrentamento da construção de salas de aulas como espaço de liberdade e aprendizados significativos para estudantes e professoras.

A Pedagogia e o currículo escolar devem ser capazes de oferecer oportunidades para que crianças e jovens desenvolvam a consciência crítica e compreendam os sistemas e as formas dominantes de representação da identidade e da diferença, afirmam Bastos, Cruz e Dantas (2018) em seus trabalhos sobre gêneros e sexualidades na educação. Com o objetivo de trazer o contraponto ao currículo proposto pela BNCC, apresentamos três teorias que nos chamam a atenção sobre um novo molde de educação: a perspectiva queer para pensar o currículo, pedagogia da desobediência e a pedagogia das travestilidades.

A pedagogia queer abordada neste trabalho faz parte das pesquisas e escritos científicos de Guacira Louro (2022), onde encontramos o suporte teórico para pensar em uma forma de ensinar que compreenda as diversidades. Não tão somente de gêneros e sexualidades, mas que procurem entender também como se formam relações de poder através de práticas educativas, inclusive o poder de ditar quais conhecimentos são importantes.

Uma pedagogia e um currículo queer se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção de diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o “outro” é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito (Louro, 2022, p.45).

O currículo queer, então, seria uma proposta de ampliar, tentar desfazer a “história de mão única”, de incentivar ser e conviver como supostos basilares da relação ensino-aprendizagem e de promoção de direitos. O encontro seria entre duas ou mais formas de ser, imaginando “vidas vivíveis” (Butler, 2019) e respeito à diversidade, às expressões individuais e coletivas. A estrutura social se modificaria com o abalo de qualquer identidade existente. Em outras palavras, retirando a heterossexualidade da norma, abre-se caminho para o tal “outro” desfilar. Cabe aqui a consideração de que devemos levar em conta quais fatores socioculturais, raciais, étnicos e de classe sevem para a delimitação do eu e do outro na visão hegemônica, o que denota um comprometimento da pedagogia queer em uma sensibilização para criticarmos a normalidade existente dentro do padrão heterossexual.

Louro reitera em diversas obras e assegura em seu pensamento a necessidade de uma pedagogia engajada e crítica, com bases na teoria queer, dizendo-nos que é importante problematizar estratégias normalizadoras, que, na presença de outras identidades sexuais e também de outras agendas, como etnia, raça e classe social, ditam formas de viver e de ser (Louro, 2022). Isso tudo com estreita ligação aos conceitos e padrões hegemônicos, pois, como já exposto ao longo desse trabalho, o Norte Global tem suas estratégias de dominação modificadas, mas persistentes.

O trabalho de Guacira Louro, contudo, ainda não apresentou aproximações maiores com a teoria queer racializada. As intersecções são centrais nos processos sociais e educativos, vislumbrando promoção de cidadania e direitos. Porém, suas considerações sobre uma tratativa queer para pensar a pedagogia e, conseqüentemente, o currículo escolar, são de grande valor para modificar os ventos que sopram diante de uma massificação de saberes que se coloca perante as práticas educacionais. Os dilemas e as múltiplas referências para fundamentar o processo educativo vai além de autoevidência e de incorporação de conceitos. Entendemos que existe um outro horizonte, que é pautado não na diferenciação ou na superioridade de um sobre o outro — inclusive em questões étnico-raciais e de classe —, mas no reconhecimento que existem múltiplas formas de expressar a vida.

A Pedagogia da Desobediência, cunhada por Thiffany Odara (2020), fruto da sua monografia de mesmo título, propõe um diálogo entre feminismos negros e perspectivas decoloniais de gênero, partindo do apontamento das trajetórias de vida e experiências pedagógicas de travestis negras que vivem no Brasil.

A Pedagogia da Desobediência diz respeito a um processo desobediente que promove perspectivas educacionais sob a luz da organicidade insurgente das travestis. Logo, toda essa bagagem vem acompanhada da estratégia de travestilizar as normas vigentes de políticas educacionais, assim como currículos excludentes que dialogam diretamente com os conhecidos e chamados padrões dominantes (Odara, 2020, p 81).

Dessa forma, conseguimos compreender que a Pedagogia da Desobediência compreende que existe um modelo de educação eurocentrado, de história única e de opressões que se mantêm inclusive no ensino e na reprodução de opressões, estereótipos e não expressão da diversidade, pouquíssimo preocupado com as questões raciais, étnicas e sociais existentes no Sul Global. A proposta é transgredir esse sistema utilizando e partindo de experiências travestilizadas dentro do campo educacional, com a participação ativa da própria população travesti em suas relações com a educação. As recomendações associadas a esse trabalho contam com contribuições de feministas negras brasileiras, garantindo que o diálogo contracolonial esteja presente nos mais variados aspectos de sua pesquisa.

Em *Pedagogias das Travestilidades*, Passos (2022) nos apresenta esta pedagogia e mais duas, todas pensadas e analisadas por mulheres trans e travestis, propondo o que ela vai chamar de Pedagogia das Travestilidades. Essas práticas mostram outra forma de pensar o currículo e a práxis pedagógica. Tais métodos pedagógicos estão pautados no compromisso do pensamento contracolonial e anti-hegemônico, pois dialogam com movimentos decoloniais latino-americanos.

Para ela, não interessa tão somente temas voltados para a educação, mas também questões sociais, questões primárias que afetam diariamente a vida de populações que estão à margem do ensino, da vida digna.

Investigar criticamente o currículo garante que percebamos como certas representações partem do ponto de vista do grupo dominante. Por isso, decolonizar a educação implica desaprender e se desprender das pedagogias sacrificiais, assim propiciando uma reaprendizagem a partir dos novos marcos teóricos anunciados pelas insurgências decoloniais latino-americanas (Passos, 2022, p. 109).

A proposta da pedagogia das travestilidades parte da noção de que, ao adotar uma postura crítica e insurgente frente à dominação — inclusive epistêmica —, lançada sobre nós pelo Norte, podemos entender e agir sobre apagamentos históricos, dando voz e vez aos nossos saberes e às nossas pesquisas e práticas, tal pedagogia orientada pelos movimentos sociais latino-americanos têm poder, estão próximas da realidade de populações afetadas diretamente pelo projeto colonizador da pobreza e da falta de conhecimentos ao questionar a presunção do moderno/colonial de se autoproclamar como universal (Passos, 2022).

As pedagogias insurgentes aqui apresentadas corroboram a noção de que, a partir da retirada do outro, do lugar do “outro”, colocando-o como um “eu”, sujeito identitário, retira-se também o estranhamento perverso da subjugação. Quando vê o outro na possibilidade de ser quem ele é, você o humaniza e entende que não há classificações, nem sexualidades/gêneros que devam ser considerados como padrões. Existe aí uma ruptura com a heteronormatividade, e com as exigências de um sistema hegemônico.

CURRÍCULOS COMO ALIADOS: É POSSÍVEL INTEGRAR E INCLUIR?

“Além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra”.

(Paulo Freire)

A teoria queer racializada investiga e orienta sobre novas perspectivas para a teoria queer hegemônica, segundo a qual aspectos de uma visão crítica, não somente em relação às normas sexuais e de gênero, mas também em relação às normas raciais e racializadas (Rea, 2020, p. 70), entende-se que a busca é por uma quebra do paradigma do universal, compreendida de forma mais ampla, englobando noções raciais, de classe e questões mais complexas do funcionamento do sistema capitalista.

Se conectarmos as noções de currículo escolar aqui apresentadas, temos um diálogo pertinente entre a teoria queer racializada e as pedagogias transgressoras, pois ambas buscam tais rupturas em seus cernes. Sobre a construção de um currículo decolonial, Passos (2022) considera que a maior dificuldade reside na difusão geral de um ponto de

vista que é específico, mas que se pressupõe universal. Devemos, nesse caso, construir o currículo com saberes que partam de outras cosmovisões.

Dialogando com as palavras de Rea (2020), o objetivo de introduzir a teoria queer racializada no Brasil é que ela constituiria uma versão mais apta a dialogar com as problemáticas originadas nos contextos do Sul Global, evitando a reprodução de formas discursivas ou de colonialismo epistêmico. E de quais formas podemos evitá-los? Pensando a base curricular, entendendo quais jogos de poder determinam o que deve e o que não deve ser ensinado nas escolas. A partir dessa análise, temos que continuar a luta pela inclusão da episteme que é produzida por nós mesmas.

A permanência e prosseguimento do processo de escolarização passam a ser dos mais complicados enfiamentos, pois se tornam “territórios hostis para se viver as diferentes expressões das homossexualidades e as identidades de gênero não normativas” (Grossi; Fernandes; Cardoso, 2017, p. 165).

Compreender e colocar em práxis decolonialidades, interseccionalidades e acesso à justiça social podem ser decisões para além de éticas, fundamentais na base da formação escolar.

[...] as escolas não são espaços exclusivos para o puro aprender e para o puro ensinar. São locais nos quais se estabelecem vínculos e se criam expectativas e sentimentos. Ou seja, ensinar não pode ser constituído por um simples repassar ou transmitir conhecimentos. O próprio processo de conhecer exige a percepção das relações – com os objetos e com as pessoas (Freire, 2017, p. 13; grifos nossos).

De pontos cegos, talvez recomendações de ampliação de fontes documentais e didáticas (considerando também paradidáticas), valorizar docência em formação continuada e para a vida (aprendizes somos todas e todos) e recuperando os eixos que podem mobilizar e mover o campo educacional: ser, conviver, fazer e aprender.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. E. Feminismos en Movimiento, Feminismos en Protesta. **Revista Punto Género**, n. 11, pp. 73–102, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/0719-0417.2019.53881>.

BASTOS, Denise; CRUZ, Izaura; DANTAS, Marilu. **Gênero e sexualidade na educação**. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Semear aprendizes: Dias melhores virão. **A Tarde**, Salvador, 29 jan. 2025, p. A3. Disponível em https://www.academia.edu/127365038/Semear_aprendizes_Dias_melhores_vir%C3%A3o

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CRUZ, Izaura Santiago da. **Educação Sexual na Bahia nas primeiras décadas do século XX**. 184 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) — Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e Histórias das Ciências, Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GARCIA, Clara Cristina. Prefácio. In: PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins; CARDOZO, Fernanda. (Orgs.). **Sexualidades, Juventudes e Práticas Docentes**: Uma etnografia da educação básica em escolas públicas de Santa Catarina. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2017.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência: travestilizando a educação**. Simões Filhos: Devires, 2020.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org). **Pensamento feminista hoje**: sexualidades no Sul global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

REA, Caterina Alessandra. Crítica queer racializada e deslocamentos para o Sul global. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org). **Pensamento feminista hoje**: sexualidades no Sul global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

REA, Caterina Alessandra. Gênero ameaçando e gênero ameaçado: e onde ficam a colonialidade e a raça nesta História?. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 11, n. 1, 2023. DOI: 10.9771/rf.v11i1.54429. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/54429>. Acesso em: 31 jan. 2025.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena S. Descolonizar a sexualidade: *Teoria Queer of Colour* e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, n. 53, p. e185315, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201800530015>

RIBEIRO, Renata Dias. Patricia Hill Collins e a noção de interseccionalidade: contribuições para uma teoria social crítica. *Prometheus - Journal of Philosophy*, [S. l.], v. 16, n. 46, 2024. DOI: 10.52052/issn.2176-5960.pro.v16i46.22293. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/prometeus/article/view/22293>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA — UNESCO. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: Unesco, 2003.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Traduzido por Dias, Jamille Pinheiro e Camargo, Raquel. São Paulo: Ubu Editora, 2020.